

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 1/2000

de 11 de Janeiro

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

É aprovado o Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Lisboa a 19 de Fevereiro de 1999, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, cingalesa e inglesa seguem em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Setembro de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Jaime José Matos da Gama* — *Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura* — *Eduardo Carrega Marçal Grilo* — *Manuel Maria Ferreira Carrilho* — *José Mariano Rebelo Pires Gago* — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Assinado em 19 de Novembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 25 de Novembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ACORDO CULTURAL ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka (daqui em diante designados por Partes Contratantes), animados do desejo de fortalecer os laços históricos e de amizade que unem os povos português e cingalês e de desenvolver a cooperação nas áreas da cultura, da ciência, da educação, do desporto, da juventude, do turismo e da comunicação social, acordaram o seguinte:

Artigo 1.º

As Partes Contratantes comprometem-se a promover e encorajar todas as actividades que possam contribuir para a cooperação mútua nos domínios da cultura, arte, ciência, educação, desporto, juventude, turismo e comunicação social, com base no respeito da soberania nacional e do princípio da não intervenção nos assuntos internos de um e de outro país.

Artigo 2.º

As Partes Contratantes promoverão a cooperação entre organizações desportivas dos dois países, através do intercâmbio de equipas e grupos desportivos, bem como de informação e de investigação científica e desportiva recente.

Artigo 3.º

As Partes Contratantes encorajarão o turismo entre os dois países, o qual constitui um meio efectivo de promoção para uma melhor compreensão entre as Partes Contratantes.

Artigo 4.º

As Partes Contratantes, em conformidade com as disposições legais aplicáveis, favorecerão a cooperação técnica e vocacional entre as suas agências noticiosas, rádios, televisões, organizações de imprensa e editoras e proporcionarão as necessárias facilidades ao intercâmbio de notícias, informação, experiências e de especialistas em comunicação social e repórteres.

Artigo 5.º

Sempre que possível e com o propósito de assegurar nos respectivos países uma melhor compreensão da civilização e da cultura do outro país, cada Parte Contratante deverá respeitar as disposições legais aplicáveis e promover as seguintes medidas:

- a) Organização de várias exposições, nomeadamente de livros, científicas, culturais, artísticas e tradicionais, tendo em vista o conhecimento mútuo da cultura e da civilização das Partes Contratantes;
- b) Intercâmbio entre grupos culturais e artísticos, professores, investigadores, especialistas e artistas, em domínios de interesse mútuo, bem como conceder as facilidades necessárias para as respectivas visitas;
- c) Intercâmbio de livros, publicações, fotografias, diapositivos, gravações áudio, filmes, microfílm, bem como de especialistas em domínios de interesse mútuo;
- d) Cooperação entre as bibliotecas nacionais e arquivos dos dois países;
- e) Inclusão de informação útil e adequada sobre a história, a cultura e a geografia dos dois países nos respectivos manuais escolares.

Artigo 6.º

As Partes Contratantes informar-se-ão mutuamente sobre as reuniões, seminários, conferências, exposições, simpósios, encontros e competições, bem como sobre actividades de investigação e eventos científicos, educacionais, culturais, artísticos e festivais importantes que tenham lugar nos seus países a nível nacional e internacional. As Partes Contratantes convidarão representantes da outra Parte Contratante e concederão as facilidades requeridas para a sua participação.

Artigo 7.º

As Partes Contratantes, de acordo com as respectivas disposições legais aplicáveis, promoverão a cooperação entre universidades, bem como entre institutos superiores educacionais, científicos e culturais dos dois países, em domínios de interesse mútuo especificados no artigo 1.º do presente Acordo.

Artigo 8.º

As Partes Contratantes, na medida das possibilidades existentes, concederão reciprocamente bolsas de estudo em domínios de cooperação mútua referidos no artigo 1.º do presente Acordo. Os beneficiários destas bolsas de estudo serão designados pelos serviços competentes de cada um dos países.

Artigo 9.º

As Partes Contratantes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar o restauro e a preservação dos arquivos e dos monumentos históricos que sejam de interesse comum.

Artigo 10.º

As Partes Contratantes comprometem-se a proteger os direitos de propriedade intelectual de que sejam titulares cidadãos nacionais de ambos os países, de acordo com as respectivas disposições legais aplicáveis, assim como as cláusulas das convenções internacionais sobre a matéria de que sejam parte.

Artigo 11.º

As Partes Contratantes comprometem-se a respeitar e a fazer cumprir as disposições legais de ambos os países respeitantes à preservação do património cultural nacional, particularmente a proibição de exportação de objectos de natureza arqueológica, histórica ou artística sem a necessária autorização.

Artigo 12.º

As Partes Contratantes concederão reciprocamente todas as facilidades para a importação e exportação temporária de peças arqueológicas e artísticas destinadas a exposições culturais organizadas sob a sua responsabilidade, uma vez cumpridas as formalidades relativas à entrada provisória das peças mencionadas.

O país que recebe a exposição terá a responsabilidade de proteger e reexportar os objectos expostos, garantindo a sua restituição ao país que os enviou.

Artigo 13.º

As obrigações financeiras decorrentes da implementação do presente Acordo serão reguladas através de consultas mútuas entre as Partes Contratantes. No respeitante a actividades específicas, estas serão acordadas por troca de notas.

Artigo 14.º

As Partes Contratantes acordaram em constituir uma Comissão Mista encarregada de facilitar a implementação do presente Acordo, discutir as questões que a aplicação do presente Acordo possa suscitar e elaborar todas as recomendações necessárias para o cumprimento dos seus objectivos.

A Comissão Mista será constituída por igual número de representantes das duas Partes Contratantes e reunir-se-á quando for considerado apropriado por acordo mútuo, alternadamente no Sri Lanka e em Portugal. Esta Comissão Mista poderá criar grupos de trabalho sempre que seja julgado necessário.

Artigo 15.º

Os conflitos entre as Partes Contratantes que resultem da interpretação ou aplicação do presente Acordo resolver-se-ão de forma amigável por meio de consultas ou negociações através dos canais diplomáticos.

Artigo 16.º

O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação, pela qual as Partes Contratantes se informarão, por via diplomática, do cumprimento dos respectivos requisitos constitucionais exigidos para o efeito.

Artigo 17.º

O presente Acordo é válido por um período de 5 anos e considerar-se-á automaticamente renovado por períodos sucessivos de 5 anos se nenhuma das Partes Contratantes o denunciar, por escrito, através dos canais diplomáticos, pelo menos 12 meses antes da data em que expira cada período.

A notificação da denúncia do presente Acordo não afectará, de forma alguma, a validade e a duração de qualquer arranjo ou contrato e actividades estabelecidas ao abrigo do presente acordo.

Cada Parte Contratante poderá requerer por escrito a revisão ou a alteração da totalidade ou parte do presente Acordo.

Qualquer revisão ou alteração que tenha sido acordada pelas Partes Contratantes entrará em vigor na data determinada pelas Partes.

Em fé do que os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Lisboa, aos 19 de Fevereiro de 1999, em três exemplares originais nas línguas portuguesa, inglesa e cingalesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação prevalecerá o texto em língua inglesa.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Luís Amado.

Pelo Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka:

N. P. Navaragq Narajah.

ශ්‍රී ලංකා ප්‍රජාතාන්ත්‍රික සමාජවාදී ජනරජයේ
පෘතුගීසි ජනරජයේ අතර වූ
සංස්කෘතික ගිවිසුමයි.

(මින් ඉදිරියට ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව යනුවෙන් මෙහි හැඳින්වෙන) ශ්‍රී ලංකා ප්‍රජාතාන්ත්‍රික සමාජවාදී ජනරජයේ, පෘතුගීසි ජනරජයේ ශ්‍රී ලාංකික සහ පෘතුගීසි ජනතාවේ එක්සත් කිරීමේ ඓතිහාසික සබඳතා සහ සුභදතාවය ශක්තිමත් කිරීමේත්, සංස්කෘතික, විද්‍යාත්මක, අධ්‍යාපනමය, ක්‍රීඩා, තරුණයින්, සංචාරක ව්‍යාපෘතිය සහ ජනසන්නිවේදනමය සහ අංශවල අනෙකුත් සහයෝගිතාව වැඩිදියුණු කිරීමේත් අභිලාෂයෙන් මෙසේ ගිවිස ගෙන සිටිති :-

1 වන කොටස

ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව ජාතික ස්වෛරීභාවයට හරු කිරීමේත්, එකිනෙකාගේ රටවල අත්‍යන්තර කටයුතුවලට මැදිහත් නොවීමේ මූලධර්මයන් මත පිහිටා, සංස්කෘතික, කලාව, විද්‍යාව, අධ්‍යාපනමය, ක්‍රීඩා තරුණ කටයුතු, සංචාරක ව්‍යාපාරය සහ ජන සන්නිවේදනමය සහ සෞභ්‍රවල අනෙකුත් සහයෝගිතාවයට ඉඩ දෙන අන්දමේ ක්‍රියාකාරකම් හඟා සිටුවා ඒවා අනුබල දීමට එකඟ වෙති.

2 වන කොටස

ක්‍රීඩා කණ්ඩායම් සහ සමූහයන් මෙන් ම තොරතුරු ද, අලුත්ම විද්‍යාත්මක ක්‍රීඩා පර්යේෂණ ද හුවමාරු කිරීමේත් දෙරටේ ක්‍රීඩා සංවිධාන අතර සහයෝගිතාවයට ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව අනුබල දිය යුතුයි.

3 වන කොටස

ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව අතර අනෙකුත් අවබෝධය වැඩිදියුණු කිරීමේ ප්‍රබල මාර්ගයන් වන, දෙරට අතර සංචාරක ව්‍යාපාරයට ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව අනුබල දිය යුතුයි.

4 වගන්තිය

ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව අදාළ නීතිරීතිවලට යටත් ව, තම තමන්ගේ ප්‍රධානති ආයතන, ගුවන් විදුලි, රුපවාහිනී, පුවත්පත් සහ ප්‍රකාශන සංවිධාන අතරේ තාක්ෂණ සහ වෘත්තීය සහයෝගිතාවයට අනුබල දිය යුතු අතර, පුවත්, තොරතුරු සහ අන්දකීම් හුවමාරුවලටත්, විශාරදයින් සහ වාණි කැරුවත් යැවීමටත් අදාළ සහයෝගීතාව දිය යුතුය.

5 වගන්තිය

එක් එක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව, අදාළ නීතිරීතිවලට යටත් ව, අනෙක් රටේ ශිෂ්‍යාචාර්ය සහ සංස්කෘතීය පිළිබඳ වඩා හොඳ අවබෝධයක් තම තමන්ගේ රටටද ඇති කිරීමේ අරමුණෙන්, ගැති තැනැති දී මතු සඳහන් පිටර ගත යුතුය :-

- (අ) ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව එකිනෙකාගේ සංස්කෘතීය සහ ශිෂ්‍යාචාර්ය පිළිබඳ හුරුපුරුදු වීම පිණිස, පොත්, විද්‍යාත්මක, කලා සහ සම්ප්‍රදායික අංග ඇතුළු විවිධ ප්‍රදර්ශන පැවැත්වීම,
- (ආ) අනෙකුත් ලෙස වැදගත්වන සෞභෞතික සහ කලා ශිල්ප කණ්ඩායම්, මහාචාර්යවරුන්, පර්යේෂකයින්, විශාරදයින් සහ වතු ශිල්පීන් හුවමාරු කිරීම සහ ඔවුන්ගේ ගමන් සඳහා අවශ්‍ය සහයෝගීතාව සැලැස්වීම,
- (ඇ) අනෙකුත් ලෙස වැදගත්වන සෞභෞතික පොත්-පත්, ප්‍රකාශන, ජානා රූප, රූප නග්‍ර, වෙළුම්, වතු පටි, සූදු පටල සහ විශාරදයින් හුවමාරු කිරීම,
- (ඈ) දෙරටේ ජාතික පුස්තකාල සහ ලේඛනාරක්ෂණාගාර අතර සහයෝගීතාවය
- (ඉ) තම තමන්ගේ ගුරු පොත්වල එකිනෙකාගේ ප්‍රයෝජනවත් නිසියාකාර පෙනීගැනීම, සංස්කෘතික සහ ගෞරවය තොරතුරු ඇතුළත් කිරීම.

6 වගන්තිය

ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව තම තමන්ගේ රටවල ජාතික සහ අන්තර්ජාතික මට්ටමේ පවත්වනු ලබන, රැස්වීම්, සම්මේලන, ප්‍රදර්ශන, ශාස්ත්‍රීය සම්මාන, එකතුවීම්, තරඟ මෙන් ම, විද්‍යාත්මක, අධ්‍යාපනික, පර්යේෂණාත්මක, සංස්කෘතික සහ කලා පිළිබඳ සහ වෙනත් අදාළ උත්සව සම්බන්ධයෙන් එකිනෙකාට දැනුම් දිය යුතුය. ඔවුන් අතර පාර්ශ්වයේ නියෝජිතයින්ට ආරාධනා කර, සහභාගී වීම සඳහා ඒ අයට සහයෝගීතාව සලසා දිය යුතුය.

7 වගන්තිය

ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව, අදාළ අගයන්තර නීතිරීතිවලට අනුකූල වෙමින්, මේ ගිවිසුමේ 1 වගන්තියෙහි නියමිතව දක්වා ඇති අනෙකුත් වැදගත්කමකින් යුත් සෞභෞතික දෙරටේ විශ්ව විද්‍යාල, වෙනත් අධ්‍යාපන, විද්‍යාත්මක, සංස්කෘතික සහ උසස් ආයතන අතර සහයෝගීතාවයට අනුබල දී යුතුය.

8 වගන්තිය

ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව, මේ ගිවිසුමේ 1 වගන්තියේ සඳහන් අනෙකුත් වැදගත්කමකින් යුත් සෞභෞතික අධ්‍යාපනික ශිෂ්‍යාත්ව ගැනී තාක් දුරට එකිනෙකාට පිරිනැමිය යුතුය. මේ ශිෂ්‍යාත්ව ලබන අය එක් එක් රටේ නිසි බලධාරීන් විසින් නම් කරනු ඇත.

9 වගන්තිය

පොදු වැදගත් කමකින් යුත් පෙනීගැනීම සිහිවන සහ ලේඛන ප්‍රතිසංස්කරණය කිරීමට සහ සුරැකි කිරීමට වගබලා ගැනීම පිණිස අවශ්‍ය පියවර ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව විසින් ගත යුතුය.

10 වගන්තිය

අදාළ අගයන්තර නීතිරීතිවලටත්, තමන් පාර්ශ්වකරුවන් වූ ජාත්‍යන්තර සම්මුතීවල විධිවිධානවලටත් අනුකූල පරිදි, දෙරටේම ජාතිකයින්ගේ බුද්ධිමය දේපල අයිතිය ආරක්ෂා කිරීමට ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව පොරොන්දු වෙති.

11 වගන්තිය

ජාතික සංස්කෘතික උරුමය සංරක්ෂණය කිරීමට අදාළ, විශේෂයෙන් ම පුරාවිද්‍යාත්මක, පෙනීගැනීම සහ කලාත්මක ස්මාරකයන් වැනි අවසරයකින් තොරව අපහයනය කිරීම තහනම් කිරීමට අදාළ දෙරටේ ම නීතිරීතිවලට ගරු කිරීමටත් ඒවා ක්‍රියාත්මක කිරීමටත් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව පොරොන්දු විය යුතුය.

12 වගන්තිය

පුරාවිද්‍යාත්මක සහ කලාත්මක වස්තු භාවිතාලිතව රටතුළට ගැනීම පිළිබඳ විධිමත් ක්‍රියා පිළිවෙල ඉටුකිරීමෙන් පසු, තමතමන්ගේ වගකීම යටතේ සංවිධානය කෙරෙන

ප්‍රදර්ශන සඳහා එබඳු පුරාවිද්‍යාත්මක සහ කලාත්මක වස්තු භාවිතාලිතව ආනයනය කිරීමේ සහ අපහයනය කිරීමේ සියලු සහයෝගීතාව ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව විසින් එකිනෙකාට සලසා දිය යුතුය.

ප්‍රදර්ශනය පවත්වන රට විසින් එකී ප්‍රදර්ශන වස්තු ආරක්ෂා කිරීමටත්, ඒවා එම රටට ආපසු අපහයනය කිරීමටත් වගබලා ගත යුතුය.

13 වගන්තිය

මේ ගිවිසුම ක්‍රියාත්මක කිරීමේදී මතු වන මූල්‍ය වගකීම් දෙපාර්ශ්වය විසින් අනෙකුත් ක්ෂයයෙන් යොදා ගනු ලැබ, හසුරුවන හුවමාරුවකින් ඒකාබද්ධ කළ යුතු නිශ්චිත ක්‍රියා මාර්ගයට අදාළ වැඩ පිළිවෙලකින් ඉටුකළ යුතුය.

14 වගන්තිය

මේ ගිවිසුම ක්‍රියාත්මක කිරීම සහ කිරීම සඳහාත්, මේ ගිවිසුම ක්‍රියාත්මක කිරීමේ දී මතු වන ප්‍රශ්න ගැන සාකච්ඡා කරනු සඳහාත්, මෙහි අරමුණු මුදුන්පත් කරගැනීම පිණිස අවශ්‍ය නිර්දේශ ඉදිරිපත් කරනු සඳහාත් ඒකාබද්ධ කොමිෂන් පිහිටුවීමට ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව එකඟ වෙති.

ගිවිසුම්කාර දෙපාර්ශ්වයෙන් ම නියෝජිතයින් සම සමඟ ඇතුළත් වන සේ සමන්විත ඒකාබද්ධ කොමිෂන් අනෙකුත් එකඟතාවයෙන් අවශ්‍ය වන කල්හි මාරුවෙන් මාරුවට ශ්‍රී ලංකාවේ දා කෙරෙහි ද රැස්විය යුතුය.

15 වගන්තිය

මේ ගිවිසුම අර්ථ නිරූපණය හෝ ක්‍රියාත්මක කිරීම හෝ සම්බන්ධයෙන් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව අතර ඇති වන යම් අර්ථවලක් වෙනස්කමක්, රාජ්‍ය තාන්ත්‍රික මාරු සේවය අඳහස් වීමේදී හෝ සාකච්ඡා කිරීමෙන් හෝ සුභද්‍ර ලිලාවෙන් සමාවකට පත් කරගත යුතුය.

16 වගන්තිය

මේ ගිවිසුම ක්‍රියාවට නැංවීම සඳහා තම තමන්ගේ වෘත්තීයවලට අවශ්‍යතා සපුරා ඇති බවට ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව විසින් රාජ්‍යතාන්ත්‍රික මාරු සේවයේ එකිනෙකාට දැනුම් දෙන අන්තිම නිවේදනය ලැබුණ දින සිට මේ ගිවිසුම බලපැවැත්වී ක්‍රියාත්මක විය යුතුය.

17 වගන්තිය

(පස්) 5 අවුරුදු කාල සීමාවකට බල ගැන්වී පැවැත්විය යුතු මේ ගිවිසුම ඉන් පසු, එහි වලංගු කාල සීමා අවසන් වීමට යටත් පිරිසෙයින් (දෙපැය) 12 මාසයක්වත් කල් තිබේදී එක් පාර්ශ්වයක් අපහන් පාර්ශ්වය වෙත ලියවිල්ලකින් දැනුම් දීමෙන් ගිවිසුම පවාරණය කරනු ලැබේ නම් මෙය තැන්පත්, වරකට පස් අවුරුදු කාල සීමාවක් බැගින් මෙහි වලංගු කාලය නිරායනයෙන් දිගු විය යුතුය.

ගිවිසුම යටතේ යොදා ගන්නා ලද යම් වැඩ පිළිවෙලක, ගිවිසුම්කාරයක සහ ක්‍රියාකාරකම් වෙනස්කම් ගිවිසුම පවාරණය වීමේ දී ඒවාට හානියක් නොවිය යුතුය.

මේ ගිවිසුමේ වගන්ති සියල්ල ම හෝ ඉන් කොටසක් හෝ ප්‍රතිශෝධනය කිරීමට නොහොත් සංශෝධනය කිරීමට ලියවිල්ලක් මගින් ඉදිරිපත්ව එක් එක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයට ගැනී වේ. ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව විසින් ගිවිසුම ගන්නට යෙදෙන යම් ප්‍රතිශෝධනයක් හෝ සංශෝධනයක් හෝ වෙනස්කමක්, ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව විසින් නිගමනය කරනු ලබන දිනක සිට ඒවා බලපැවැත්වී ක්‍රියාත්මක විය යුතුය.

මීට සාක්ෂ්‍ය පිණිස, තම තමන්ගේ රජයන් විසින් පරිදි වරම් දෙන ලද මතු අස්සන් කරන අය මේ ගිවිසුමට අස්සන් නමා ඇත.

සියල්ලෙහි පදපෙල එක සමානව විශ්වාසනීය වන පරිදි සිංහල, පෘතුගීසි, ඉංග්‍රීසි සහ ගාජානුයෙන් දෙපිටපත බැගින් නමා දින කොළඹ දී ලියා අස්සන් කරන ලදී. අර්ථ නිරූපණයෙහි යම් පරහන් වෙනස්කමක් ඉංග්‍රීසි පද පෙල බලපැවැත්වේ.

ශ්‍රී ලංකා ප්‍රජාතාන්ත්‍රික සමාජවාදී ජනරජයේ රජය වෙනුවෙන්
සාකච්ඡා ජනරජයේ රජය වෙනුවෙන්

CULTURAL AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE DEMOCRATIC SOCIALIST REPUBLIC OF SRI LANKA

The Government of the Portuguese Republic and the Government of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka (henceforth designated the Contracting Parties), desirous of strengthening historical links and of friendship that unite Portuguese and the Sri Lankan people and to develop mutual co-operation in the fields of culture, science, education, sports, youth, tourism and mass communications, agreed upon the following:

Article 1

The Contracting Parties undertake to promote and encourage activities that may contribute towards mutual co-operation in the fields of culture, art, science, education, sports, youth, tourism and mass communications, based on respect for the national sovereignty and principle of non-intervention in the internal affairs of each other's country.

Article 2

The Contracting Parties shall encourage co-operation between the two countries sport organisations through the exchange of sport teams and groups and also information and the latest scientific sport researches.

Article 3

The Contracting Parties shall encourage tourism between the two countries which is an effective mean for the enhancement of mutual understanding between the Contracting Parties.

Article 4

The Contracting Parties shall, subject to applicable laws and regulations, encourage the technical and vocational co-operation between their news agencies and their radio, television, press and publication organisations and shall provide necessary facilities to exchange news, information, experience and dispatch experts and reporters.

Article 5

Where possible and with the aim of creating in the respective countries a better understanding of the civilisation and the culture of the other country, each Contracting Party, shall subject to the relevant laws and regulations take the following measures viz:

- a) Holding various exhibitions including book, scientific, cultural, art and traditional exhibition in order to make the Contracting Parties familiar with each others' culture and civilization;
- b) Exchange of cultural and art groups, professors, researchers, experts and artists in the fields of mutual interest and providing the necessary facilities for their visits;
- c) Exchange of books, publications, photos, slides, tapes, films, microfilms and experts in the fields of mutual interest;
- d) Co-operation between the national libraries and archives of the two countries;
- e) Inclusion of the useful and proper historical, cultural and geographical information about each others' countries in their respective text books.

Article 6

The Contracting Parties shall inform each other of meetings, seminars, conferences, exhibitions, symposia, gatherings and competitions and also scientific educational, research, cultural, art and other relevant festivals being held in their countries at national and international levels. They shall invite the representatives of the other Contracting Party and provide necessary facilities for their participation.

Article 7

The Contracting Parties shall in accordance with the relevant internal laws and regulations encourage co-operation between the universities, other educational, scientific, cultural and the higher institutes of the two countries in the fields of mutual interest specified in article 1 of this Agreement.

Article 8

The Contracting Parties to the extent possible, shall offer each other educational scholarships in the fields of mutual co-operation referred to in article 1 of this Agreement. The beneficiaries of these scholarships will be nominated by the competent authorities of each country.

Article 9

The Contracting Parties will take all the necessary measures to ensure the restoration and preservation of archives and historical monuments that are of common interest.

Article 10

The Contracting Parties shall undertake to protect the intellectual property rights of the nationals of both countries in accordance with the relevant internal laws and regulations as well as the provisions of the concerned international conventions to which they are parties.

Article 11

The Contracting Parties undertake to respect and enforce the relevant laws and regulations of both countries concerning the preservation of the national cultural heritage particularly the prohibition of exporting objects of archaeological, historical or artistic nature, without due authorization.

Article 12

The Contracting Parties will grant reciprocally all the facilities for the temporary import and export of archaeological and artistic objects meant for cultural exhibitions organised under their respective responsibilities, once the formalities concerning the temporary entry of the above mentioned objects are duly fulfilled.

The country hosting the exhibition will ensure the protection and the re-exportation of the said exhibits to the sending country.

Article 13

Financial obligations resulting from implementation of this Agreement shall be effected through mutual

arrangement to be reached between both parties, in respect of a specific activity, which shall be incorporated in an exchange of letters.

Article 14

The Contracting Parties agree to establish a Joint Commission to facilitate the implementation of this Agreement, to discuss the issues that might arise from the application of this Agreement and to make all the necessary recommendations for the achievement of its objectives.

The Joint Commission, consisting of equal number of representatives from both Contracting Parties, shall meet when considered appropriate by mutual agreement, alternatively in Portugal and Sri Lanka. This Joint Commission may, whenever necessary, establish working groups.

Article 15

Any disputes between the Contracting Parties concerning the interpretation or implementation of the present Agreement shall be settled amicably through consultations or negotiations through diplomatic channels.

Article 16

This Agreement shall enter into force on the date of the receipt of the last notification by which the Parties inform each other, through diplomatic channels, that their respective constitutional requirements for giving effect to this Agreement have been fulfilled.

Article 17

The present Agreement shall remain in force for a period of 5 years and shall automatically be extended for subsequent periods of 5 years each unless either Contracting Party terminates it by giving written notifications at least 12 months prior to the expiration of any such period.

The termination of the present Agreement shall not affect the validity and duration of any arrangement, contract and activities made under the present Agreement.

Each Contracting Party may request in writing a revision or amendment of all or parts of this Agreement. Any revision or amendment which has been agreed to by the Contracting Parties shall come into effect on such date as will be determined by the Contracting Parties.

In witness whereof the undersigned, duly authorised by their respective Governments, have signed this Agreement.

Done at Lisbon on the 19th February 1999 in triplicate in the Portuguese, English and Sinhalese languages, all texts being equally authentic. In case of divergence of interpretation the English text shall prevail.

For the Government of the Portuguese Republic:

Luís Amado.

For the Government of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka:

N. P. Navaragq Narajah.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Despacho Normativo n.º 3/2000

Nos termos do n.º 9 do artigo 39.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/93, de 26 de Junho, é aprovado o Regimento do Conselho Superior da Guarda (CSG), que faz parte integrante deste despacho.

Ministério da Administração Interna, 20 de Outubro de 1999. — Pelo Ministro da Administração Interna, *Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves*, Secretário de Estado da Administração Interna.

REGIMENTO DO CONSELHO SUPERIOR DA GUARDA

Artigo 1.º

Definição

O Conselho Superior da Guarda (CSG) é um órgão de carácter consultivo do comandante-geral da Guarda Nacional Republicana.

Artigo 2.º

Composição

1 — São membros do CSG:

- a) O comandante-geral, que preside;
- b) O 2.º comandante-geral;
- c) O chefe do estado-maior da Guarda;
- d) Os comandantes das unidades;
- e) Representantes dos oficiais, sargentos e praças.

2 — Por determinação do comandante-geral e atentas as matérias em apreciação, podem participar nas reuniões do CSG, sem direito a voto, outras entidades cujos pareceres seja conveniente obter, devido às suas funções, especialidades ou aptidões próprias.

Artigo 3.º

Competências

Ao CSG compete estudar e dar parecer sobre todos os assuntos que o comandante-geral entenda submeter à sua apreciação e, obrigatoriamente, sobre as seguintes matérias:

- a) Processos disciplinares passíveis de aplicação das penas de reforma compulsiva ou separação do serviço;
- b) Processos passíveis de aplicação da medida estatutária de dispensa do serviço;
- c) Recursos disciplinares de revisão;
- d) Listas e outros assuntos relativos a promoções, avaliações e nomeações para cursos, nos termos do Estatuto do Militar da Guarda Nacional Republicana e demais diplomas legais;
- e) Aspectos relevantes do âmbito da organização da Guarda, planos e programas.

Artigo 4.º

Local das reuniões

As reuniões do CSG têm lugar no Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, podendo o presidente convocá-las para outro local do dispositivo da Guarda.